



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
CORTE ESPECIAL

83456

Mandado de Injunção n. 319.120-2

Impetrante: Ronaldo Dallas Glamor do Nascimento

Impetrado: Governador do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Eduardo Sertório

Ementa: constitucional - administrativo. mandado de injunção. servidor estadual - policial militar da reserva remunerada - remuneração em forma de subsídio - disposição constitucional - ausência de regulamentação por lei complementar estadual de iniciativa do governador do Estado - preliminar rejeitada de não cabimento da ação, por inadequação da via eleita - preliminar rejeitada de carência de ação - preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada - preliminares de ausência de interesse de agir e de impossibilidade jurídica do pedido rejeitadas - ação injuncional julgada procedente - aplicação da teoria concretista individual direta - precedentes da Corte Especial.

1. Preliminar de não cabimento do mandado de injunção rejeitada. O autor/impetrante defende haver mora legislativa imputável ao impetrado, eis que inexistente tramitação de projeto de lei a concretizar o dispositivo constitucional que garante a remuneração por subsídio aos policiais militares. Descabe falar em não cabimento da ação injuncional, mas sim na procedência ou não do seu pedido, matéria a ser analisada quando da apreciação do mérito.
2. Preliminar de carência de ação por ausência de previsão do direito pleiteado na Constituição Estadual que se rejeita, o direito pendente de regulamentação decorre de norma cogente da Constituição Federal, não cabendo falar em necessidade de reprodução textual obrigatória na Constituição Estadual para que o Governador do Estado dê início ao projeto de lei complementar necessário.
3. Preliminar de ilegitimidade passiva do Governador do Estado que não merece prosperar. Cabe a esta autoridade, nos termos do art. 19, § 1º, IV, a iniciativa privativa de projeto de lei complementar regulamentando o sistema remuneratório de todos os servidores militares.
4. Não merece acolhida a preliminar de ausência de interesse de agir do impetrante ante a impossibilidade jurídica do pedido. O dispositivo constitucional que estabelece o regime remuneratório de subsídio aos militares não faz distinção entre aqueles em atividade e os da reserva, não cabendo se falar em inutilidade do provimento jurisdicional ou mesmo impossibilidade jurídica do pedido.
5. O mandado de injunção é ação constitucional cujo escopo é assegurar o exercício de direitos e liberdades constitucionais, sempre que a ausência de norma regulamentadora o tornar inviável.

6. A remuneração dos servidores estaduais militares por subsídio é determinada pelo art. 144, § 9º c/com o art. 39, § 4º da Constituição Federal, devendo ser estabelecida por Lei Complementar Estadual de iniciativa privativa do Governador do Estado, nos termos do art. 19, § 1º, IV, da Constituição Estadual.

7. Reconhecida a mora legislativa, deve ser concedida a injunção, determinando-se o pagamento de subsídio, em parcela única ao militar, no valor equivalente à remuneração dos militares da ativa de mesma graduação, até que ultimado o processo legislativo para a edição de norma regulamentadora. Precedentes desta Corte Especial.

8. Não há que se falar em ingerência indevida do Judiciário no Executivo, tampouco em invasão de matéria afeta ao mérito administrativo. O provimento jurisdicional apenas reconhece a ausência de norma regulamentadora que torna inviável o exercício de direito previsto constitucionalmente, garantindo, através do caráter mandamental da ação, sua viabilização no caso concreto, até que regulamentada a matéria pela via constitucionalmente prevista, qual seja, pelo processo legislativo regular.

9. Mandado de Injunção concedido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos do Mandado de Injunção n. 319.120-2, em que figuram como partes as acima indicadas, **ACORDAM**, os Desembargadores que compõem a Corte Especial, o seguinte: "À unanimidade de votos rejeitar as preliminares, e, no mérito, conceder a injunção, tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Y. N. J., 28.5.17
SIL

69
Esse**Mandado de Injunção n. 319.120-2**

Impetrante: Ronaldo Dallas Glamor do Nascimento

Impetrado: Governador do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Eduardo Sertório

RELATÓRIO

Trato de Mandado de Injunção impetrado por Ronaldo Dallas Glamor do Nascimento contra suposto ato omissivo do Governador do Estado de Pernambuco.

O impetrante, policial militar estadual da reserva remunerada, aduz, em síntese, a omissão do impetrado em dar início ao processo legislativo para a edição de lei complementar a assegurar a aplicação do sistema remuneratório de subsídios aos militares estaduais, conforme previsão contida no art. 144, § 9º, c/com o art. 40, § 4º, da Constituição da República.

Requer seja reconhecida:

- (i) a procedência da presente ação constitucional com a concessão da ordem para suprir a omissão constitucional do chefe do Executivo Estadual, a quem caberia a iniciativa da lei complementar, ou
- (ii) a omissão inconstitucional pela não alteração da Constituição Estadual para albergar norma de reprodução obrigatória.

Defende dever ser concedido ao impetrante, em qualquer dos casos, com base na posição concretista individual direta do mandado de injunção, o direito à percepção de remuneração na forma de subsídio, com integralidade e paridade em relação aos militares da ativa ocupantes do cargo de segundo sargento.

Instado a se pronunciar, o impetrado apresentou as informações que julgou pertinentes (fls. 33/53), **por intermédio da Procuradoria Geral do Estado**. Aduziu, em síntese:

a) preliminarmente:

a.1) a inadequação da via eleita, por não se prestar o mandado de injunção à revisão de remuneração de servidores;

a.2) a carência de ação, por basear-se o pedido em direito não previsto na Constituição Estadual;

a.3) sua ilegitimidade passiva *ad causam*, por carecer o Governador do Estado de competência para o processamento de pedidos de aposentadoria;

a.4) a ausência de interesse de agir da parte autora, decorrente da impossibilidade jurídica do pedido, vez que só seria direito dos militares da ativa a percepção de remuneração na forma de subsídio.

b) no mérito: constituir a forma de remuneração dos militares matéria cuja regulamentação se encontra inserida no âmbito do mérito administrativo, cabendo ao chefe da Administração mensurar a conveniência e oportunidade da sua alteração por projeto de lei; ser a reforma do regime remuneratório dos servidores públicos matéria jungida aos ditames das leis orçamentárias; não caber ao Judiciário se imiscuir no mérito administrativo.

O Ministério Público emitiu parecer (fls. 56/65) opinando pela rejeição de todas as preliminares suscitadas pelo impetrado, e, no mérito, pela concessão da injunção.

É, no essencial, o que tenho a relatar. Inclua-se o feito em pauta.

Recife, 18.2.14



EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
CORTE ESPECIAL

72 ASL

Mandado de Injunção n. 319.120-2

Impetrante: Ronaldo Dallas Glamor do Nascimento

Impetrado: Governador do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Eduardo Sertório

PRELIMINARES

A.1) DA PRELIMINAR DE NÃO CABIMENTO DO MANDADO DE INJUNÇÃO – INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA PARA A REVISÃO DE REMUNERAÇÃO.

O Governador do Estado de Pernambuco suscitou como primeira preliminar, nas informações prestadas, o não cabimento da ação injuncional, por não ser a medida processual adequada para a revisão de remuneração de servidores.

No caso, entendo não dever prosperar a aludida questão preliminar. Isto porque, conforme o encadeamento lógico da petição inicial, não se poderia concluir pelo indeferimento, de plano, da presente ação constitucional.

Ora, o mandado de injunção é ação prevista no rol de direitos fundamentais da Constituição da República, cabível sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

No caso em exame, **aduz o autor ter ocorrido omissão do impetrado em dar início ao processo legislativo para a edição de lei complementar a assegurar a aplicação do sistema remuneratório de subsídios aos militares estaduais**, conforme previsão contida no art. 144, § 9º, c/com o art. 40, § 4º, da Constituição da República.

Logo, haveria, em princípio, nos dizeres do autor/impetrante, mora legislativa imputável ao impetrado, eis que inexistente tramitação de projeto de lei a concretizar o dispositivo constitucional que garante a remuneração por subsídio aos policiais militares.

Desse modo, não haveria que se falar em não cabimento do mandado de injunção, mas sim na procedência ou não do seu pedido, matéria a ser analisada quando da eventual apreciação do mérito.

Trago à colação julgados desta Corte Especial rejeitando a aludida preliminar:

CONSTITUCIONAL. MANDADO DE INJUNÇÃO. PRELIMINARES DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA E DE CARÊNCIA DE AÇÃO. POLICIAL MILITAR. ART. 144, § 9º E ART. 39, § 4º AMBOS DA CF. REMUNERAÇÃO EM FORMA DE SUBSÍDIO. OMISSÃO INCONSTITUCIONAL CONSISTENTE NA NÃO EDIÇÃO DE NORMA REGULAMENTADORA. INÉRCIA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO POR LONGO ESPAÇO DE TEMPO. TEORIA CONCRETISTA INDIVIDUAL DIRETA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VALOR DO SUBSÍDIO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO INJUNCIONAL.1- **Rejeita-se a preliminar de inadequação da via eleita, pois o mandado de injunção é o remédio constitucional cabível na hipótese dos autos, em que a ausência de edição de norma regulamentadora pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, inviabiliza o exercício do direito à percepção da remuneração na modalidade de subsídio, assegurada pelo art. 144, § 9º e art. 39, § 4º, da CF. [...]** No mérito, por maioria, denegou-se a injunção. (TJPE, Corte Especial, MI n. 251.500-8, Relator Des. Leopoldo de Arruda Raposo, Data de Julgamento: 27/2/2012) (original sem destaques)

E mais:

DIREITO CONSTITUCIONAL. MANDADO DE INJUNÇÃO. POLICIAL MILITAR DA RESERVA. RECEBIMENTO EM FORMA DE SUBSÍDIO. ART. 144, §9º C/C ART. 39 E §4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO (CABIMENTO) DO MANDADO DE INJUNÇÃO. REJEITADA, À UNANIMIDADE. 2. **PRELIMINAR DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA - CARÊNCIA DE AÇÃO. REJEITADA, POR MAIORIA.** 3. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO EXMO. SR. GOVERNADOR DO ESTADO. REJEITADA, POR MAIORIA. 4. PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. REJEITADA, À UNANIMIDADE. 5. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR SOB O ENFOQUE DA UTILIDADE. REJEITADA, POR MAIORIA. MÉRITO: VIABILIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DE DIREITO CONSTITUCIONALMENTE ASSEGURADO NO ART. 144, §9º C/C ART. 39, §4º, DA CF/88. DIREITO DOS SERVIDORES POLICIAIS MILITARES DE SEREM REMUNERADOS POR MEIO DE SUBSÍDIO. 1. **O MANDADO DE INJUNÇÃO, PORQUANTO GARANTIA CONSTITUCIONAL QUE TEM POR ÚNICO ESCOPO VIABILIZAR DIREITOS OU LIBERDADES CONSTITUCIONAIS QUANDO NÃO PUDEREM SER EXERCIDOS POR AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA (ART. 5º, LXXI, CF), PRESSUPÕE A EXISTÊNCIA DE PRECEITO CONSTITUCIONAL DEPENDENTE DA REGULAMENTAÇÃO POR OUTRA NORMA, ESTA DE CATEGORIA INFERIOR NA HIERARQUIA DOS TIPOS NORMATIVOS. [...]** 8. MANDADO DE INJUNÇÃO CONHECIDO E CONCEDIDO. DECISÃO POR MAIORIA. (TJPE, Corte Especial, MI n. 287.818-8, Rel. Des. Eduardo Augusto Paurá Peres, Data de julgamento: 11/3/2013) (original sem destaques)

Ante o exposto, **rejeito a preliminar.**



**Mandado de Injunção n. 319.120-2**

Impetrante: Ronaldo Dallas Glamor do Nascimento

Impetrado: Governador do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Eduardo Sertório

**A.2) DA PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO – DIREITO
NÃO PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.**

Mais uma vez não vislumbro sucesso na preliminar suscitada pelo impetrado.

O argumento de que o direito pendente de regulamentação por lei complementar estadual não encontraria guarida na Constituição Estadual é absolutamente frágil.

O direito à remuneração por subsídio é estabelecido na própria Constituição Federal, em seu art. 144, § 9º, c/com o art. 40, § 4º.

Eis o teor dos dispositivos:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

[...]

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39.

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

[...]

4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

Como se observa, o direito pendente de regulamentação decorre de norma cogente da Constituição Federal, não cabendo falar em necessidade de reprodução textual obrigatória na Constituição

Estadual para que o Governador do Estado dê início ao projeto de lei complementar necessário.

Ademais, a título de ilustração, ressalto o exposto no voto do eminente relator do Mandado de Injunção n. 287.818-8, segundo o qual os Estados do Tocantins e do Espírito Santo já teriam instituído o regime remuneratório de subsídio aos seus policiais militares, com esteio direto na Constituição Federal. Veja-se:

DIREITO CONSTITUCIONAL. MANDADO DE INJUNÇÃO. POLICIAL MILITAR DA RESERVA. RECEBIMENTO EM FORMA DE SUBSÍDIO. ART. 144, §9º C/C ART. 39 E §4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. [...] 5. **ASSINALE-SE QUE A REGRA DO ART. 144, §9º, DA LEI MAIOR FOI INSERIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 1998, COMPUTANDO-SE, PARA O ESTADO DE PERNAMBUCO NUM LAPSO TEMPORAL DE 15 (ANOS) SEM QUALQUER REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONALMENTE PREVISTO.** [...] 8. MANDADO DE INJUNÇÃO CONHECIDO E CONCEDIDO. DECISÃO POR MAIORIA. (TJPE, Corte Especial, MI n. 287.818-8, Rel. Des. Eduardo Augusto Paurá Peres, Data de julgamento: 11/3/2013) (original sem destaques)

Pelo exposto, **rejeito a preliminar.**





74 AGL

Mandado de Injunção n. 319.120-2

Impetrante: Ronaldo Dallas Glamor do Nascimento

Impetrado: Governador do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Eduardo Sertório

**A.3) DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO
GOVERNADOR DO ESTADO.**

Alega o impetrado carecer de legitimidade para figurar no polo passivo da demanda. Isto porque os pedidos do impetrante constituiriam pretensão de natureza não injuntiva, mas sim de implementação de aposentadoria de maneira diversa da prevista no arcabouço normativo das regras de previdência do Estado de Pernambuco, haja vista ter a aposentação do militar se baseado na legislação estadual vigente.

Não merece acolhida a alegação.

O pedido do presente *mandamus* injuntivo aponta claramente para a necessidade de regulamentação do sistema de remuneração dos policiais militares através de subsídio, que deverá ser realizada por lei complementar de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo Estadual, nos termos do art. 19, § 1º, IV, de seguinte teor:

Art. 19. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador-Geral da Justiça e aos cidadãos, nos casos e formas previstos nesta Constituição.

§ 1º É da competência privativa do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre:

[...]

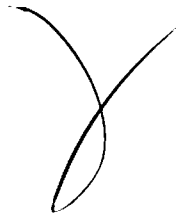
IV - servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos públicos, estabilidade e aposentadoria de funcionários civis, reforma e transferência de integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar para a inatividade;

Nesse sentido:

MANDADO DE INJUNÇÃO. PRELIMINARES DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO REJEITADAS, À UNANIMIDADE DE VOTOS. NO MÉRITO, VIABILIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DE DIREITO CONSTITUCIONALMENTE ASSEGURADO NO ART. 144, §9º C/C ART. 39, §4º, AMBOS DA CF. DIREITO DOS SERVIDORES POLICIAIS MILITARES DE SEREM REMUNERADOS POR MEIO DE SUBSÍDIO. INEXISTÊNCIA DE DISCIONARIEDADE OU FACULDADE DE CRIAÇÃO DA NOVA MODALIDADE REMUNERATÓRIA. MÁXIMA EFETIVIDADE DA CONSTITUIÇÃO. ADOÇÃO DA CORRENTE CONCRETISTA INDIVIDUAL EM FACE DA INÉRCIA NÃO RAZOÁVEL (14 ANOS) DO PODER OMISSO EM

EDITAR A COMPETENTE REGULAMENTAÇÃO. MANDADO DE INJUNÇÃO PROVIDO, POR MAIORIA DE VOTOS. Preliminar de impossibilidade jurídica do pedido rejeitada, à unanimidade de votos, por objetivar o presente mandado de injunção suprimir eventual omissão legislativa consistente na não edição de lei regulamentadora da remuneração do policial militar na modalidade de subsídio, hipótese cabível em atenção ao disposto no art. 5º, LXXI, da CF; **Preliminar de ilegitimidade passiva do Governador do Estado rejeitada, à unanimidade de votos, haja vista que, de acordo com o art. 19, inciso IV, parágrafo 1º da Constituição Estadual, a iniciativa da lei perquirida é privativa daquele governante. [...]**
(TJPE, Corte Especial, Mandado de Injunção n. 248.688-2, Rel. Des. José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento n. 01/10/2012)

Outrossim, **rejeito a preliminar.**





TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
CORTE ESPECIAL

75 Agl

Mandado de Injunção n. 319.120-2

Impetrante: Ronaldo Dallas Glamor do Nascimento

Impetrado: Governador do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Eduardo Sertório

A.4) DA PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DO IMPETRANTE ANTE A IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO.

Como última preliminar suscitada pelo Governador do Estado de Pernambuco temos a alegação de ausência de interesse de agir do impetrante.

O impetrante questiona a utilidade do provimento jurisdicional, vez que, em seu entender, eventual direito dos servidores estaduais militares à percepção remuneratória por subsídio apenas recairia sobre os militares da ativa, caso diverso do impetrante, militar da reserva remunerada.

Não merece a preliminar outro destino que não o das anteriores.

Isto porque o dispositivo constitucional que estabelece o regime remuneratório de subsídio aos militares não faz distinção entre aqueles em atividade e os da reserva, não cabendo se falar em inutilidade do provimento jurisdicional ou mesmo impossibilidade jurídica do pedido.

Ante o exposto, presente a mora legislativa, descabe falar em ausência de interesse de agir. Nesse sentido:

Ementa: MANDADO DE INJUNÇÃO. APOSENTADORIA ESPECIAL DE SERVIDOR PÚBLICO. ART. 40, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, APLICAÇÃO DAS NORMAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Segundo a jurisprudência do STF, a omissão legislativa na regulamentação do art. 40, § 4º, da Constituição, deve ser suprida mediante a aplicação das normas do Regime Geral de Previdência Social previstas na Lei 8.213/91 e no Decreto 3.048/99. **Não é apropriada a classificação do mandado de injunção em preventivo e repressivo, considerando que o reconhecimento da falta de regulamentação da norma constitucional importa, invariavelmente, inviabilizar o exercício do direito do impetrante. Ainda, a mora legislativa e a resistência à pretensão da parte impetrante caracterizam o interesse processual. Fundamentos observados pela decisão agravada.** 2. Agravo regimental desprovido. (MI 3349 ED-AgR, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 17/10/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-226 DIVULG 14-11-2013 PUBLIC 18-11-2013) (original sem destaques)

Desse modo, **rejeito a preliminar.**



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
CORTE ESPECIAL

77 ASL

Mandado de Injunção n. 319.120-2

Impetrante: Ronaldo Dallas Glamor do Nascimento

Impetrado: Governador do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Eduardo Sertório

VOTO DE MÉRITO

Ultrapassadas as preliminares, cabe analisar o mérito do presente *mandamus* injuncional.

A presente ação foi impetrada por Segundo Sargento da reserva remunerada da Polícia Militar de Pernambuco (fl. 19).

Aponta o autor, em síntese, para a omissão do impetrado em dar início ao processo legislativo para a edição de lei complementar a assegurar a aplicação do sistema remuneratório de subsídios aos militares estaduais, conforme previsão contida no art. 144, § 9º, c/com o art. 40, § 4º, da Constituição da República.

Requer seja reconhecida a procedência da presente ação constitucional com a concessão da ordem para suprir a omissão constitucional do chefe do Executivo Estadual, a quem caberia a iniciativa da lei complementar, ou a omissão inconstitucional pela não alteração da Constituição Estadual para albergar norma de reprodução obrigatória.

Defende dever ser concedido ao impetrante, em qualquer dos casos, com base na posição concretista individual direta do mandado de injunção, o direito à percepção de remuneração na forma de subsídio, com integralidade e paridade em relação aos militares da ativa ocupantes do cargo de segundo-sargento.

O mandado de injunção é ação constitucional cujo escopo é assegurar o exercício de direitos e liberdades constitucionais, sempre que a ausência de norma regulamentadora o tornar inviável.

A forma de remuneração dos servidores estaduais militares é determinada pelo art. 144, § 9º c/com o art. 39, § 4º da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

[...]

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39.

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

[...]

4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

Conforme discutido na apreciação da preliminar de ilegitimidade do Governador do Estado, a autoridade apontada como coatora é legítima para apresentar projeto de lei complementar regulamentando tal direito à percepção de subsídio, nos termos do art. 19, § 1º, IV, da Constituição Estadual, de seguinte teor:

Art. 19. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador-Geral da Justiça e aos cidadãos, nos casos e formas previstos nesta Constituição.

§ 1º É da competência privativa do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre:

[...]

IV - servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos públicos, estabilidade e aposentadoria de funcionários civis, reforma e transferência de integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar para a inatividade;

Logo, resta evidente a ausência de norma regulamentando o direito dos servidores militares à percepção de subsídio, o que impõe o reconhecimento do pedido injuncional.

Insta reconhecer vir consolidando o Supremo Tribunal Federal, Corte responsável pela interpretação da Constituição Federal, a aplicação da corrente concretista individual na aplicação dos efeitos da decisão de procedência do mandado de injunção.

Segundo a corrente, o Judiciário, ao vislumbrar os requisitos para a impetração de mandado de injunção, profere decisão constitutiva com efeitos *inter partes*.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE INJUNÇÃO. APOSENTADORIA ESPECIAL DO SERVIDOR PÚBLICO. ART. 40, § 4º, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APLICAÇÃO DO ART. 57 DA LEI 8.213/1991. PRECEDENTES. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE FATO E DE DIREITO. ATRIBUIÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA. NATUREZA SUBJETIVA DO MANDADO DE INJUNÇÃO. EFEITO INTER PARTES. AGRADO REGIMENTAL IMPROVIDO. I - A concessão de aposentadoria aos servidores públicos em razão de atividade exercida exclusivamente sob condições que prejudiquem a saúde ou

78 ASL

a integridade física deve ser concretamente analisada pela Administração Pública mediante a aplicação integrativa do art. 57 da Lei 8.213/1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. II - Incumbe apenas à autoridade administrativa competente para analisar o pedido de aposentadoria especial perquirir sobre as condições de fato e de direito previstas no ordenamento jurídico para a sua concessão, inclusive quanto aos pleitos de paridade e integralidade do benefício previdenciário. III - **O mandado de injunção destina-se à concretização, caso a caso, do direito subjetivo constitucional não regulamentado, tendo sua decisão, consequentemente, efeito inter partes.** Precedentes. IV - Agravo regimental a que se nega provimento. (MI 3564 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 17/10/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-226 DIVULG 14-11-2013 PUBLIC 18-11-2013) (original sem destaques)

Esta Corte Especial, nos últimos julgados análogos, vem aplicando a corrente concretista individual, senão vejamos:

DIREITO CONSTITUCIONAL. MANDADO DE INJUNÇÃO. POLICIAL MILITAR DA RESERVA. RECEBIMENTO EM FORMA DE SUBSÍDIO. ART. 144, §9º C/C ART. 39 E §4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO (CABIMENTO) DO MANDADO DE INJUNÇÃO. REJEITADA, À UNANIMIDADE. 2. PRELIMINAR DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA - CARÊNCIA DE AÇÃO. REJEITADA, POR MAIORIA. 3. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO EXMO. SR. GOVERNADOR DO ESTADO. REJEITADA, POR MAIORIA. 4. PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. REJEITADA, À UNANIMIDADE. 5. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR SOB O ENFOQUE DA UTILIDADE. REJEITADA, POR MAIORIA. MÉRITO: VIABILIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DE DIREITO CONSTITUCIONALMENTE ASSEGURADO NO ART. 144, §9º C/C ART. 39, §4º, DA CF/88. DIREITO DOS SERVIDORES POLICIAIS MILITARES DE SEREM REMUNERADOS POR MEIO DE SUBSÍDIO. 1. O MANDADO DE INJUNÇÃO, PORQUANTO GARANTIA CONSTITUCIONAL QUE TEM POR ÚNICO ESCOPO VIABILIZAR DIREITOS OU LIBERDADES CONSTITUCIONAIS QUANDO NÃO PUDEREM SER EXERCIDOS POR AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA (ART. 5º, LXXI, CF), PRESSUPÕE A EXISTÊNCIA DE PRECEITO CONSTITUCIONAL DEPENDENTE DA REGULAMENTAÇÃO POR OUTRA NORMA, ESTA DE CATEGORIA INFERIOR NA HIERARQUIA DOS TIPOS NORMATIVOS. 2. TEORIA CONCRETISTA INDIVIDUAL. DIANTE DA LACUNA NORMATIVA, O PODER JUDICIÁRIO DEVE CRIAR A REGULAMENTAÇÃO PARA O CASO ESPECÍFICO, VIABILIZANDO O EXERCÍCIO DO DIREITO SOMENTE PELO IMPETRADO, PORQUANTO OS EFEITOS DA DECISÃO SÃO 'INTER PARTES'. 3. O 'PRINCÍPIO DA RESERVA DA LEI', CONSAGRADO PELO GUARDIÃO DA CONSTITUIÇÃO COMO REQUISITO ESSENCIAL PARA DISCORRER SOBRE A MATÉRIA DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS (CF, ART. 37, X, ART. 51, IV, ART. 52, XIII), NÃO AFASTA A APLICAÇÃO DA CORRENTE CONCRETISTA INDIVIDUAL NO CASO EM EXAME, QUE RECLAMA A APLICAÇÃO DO ARTIGO 144, §9º, DA CF, ATINENTE A REMUNERAÇÃO DO POLICIAL MILITAR EM FORMA DE SUBSÍDIO. MELHOR DIZENDO, A AUSÊNCIA DE LEI A REGULAMENTAR A MATÉRIA É CONDIÇÃO 'SINE QUA NON' PARA A VIA DO MANDADO DE INJUNÇÃO, INSTITUTO DE NATUREZA CONSTITUCIONAL (ART. 5º, LXXI) QUE SE APLICA SEMPRE QUE A FALTA DE NORMA REGULAMENTADORA TORNE INVIÁVEL O EXERCÍCIO DE UM DIREITO. ISTO NÃO IMPLICA DIZER QUE O JUDICIÁRIO ESTARÁ AGINDO COMO LEGISLADOR, APENAS, DIANTE DO CARÁTER MANDAMENTAL DO MANDADO DE INJUNÇÃO, FICA GARANTIDO, NO CASO CONCRETO (TEORIA CONCRETISTA INDIVIDUAL), O EXERCÍCIO DO DIREITO CONSTITUCIONALMENTE ASSEGURADO PELA VIA INJUNTÓRIA, ATÉ A EDIÇÃO DA RESPECTIVA LEI

COMPLEMENTAR QUE REGULAMENTE A MATÉRIA 'SUB JUDICE', CUJA RESPONSABILIDADE É DO PODER LEGISLATIVO. 4. CUMPRINDO O MANDAMENTO CONSTANTE DO ART. 144, §9º, DA LEI MAIOR, OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO JÁ EDITARAM LEIS INSTITUINDO AS REMUNERAÇÕES DOS RESPECTIVOS MILITARES NA MODALIDADE DE SUBSÍDIO, A EXEMPLO DO TOCANTINS (LEI Nº 1.676, DE 03 DE ABRIL DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE O EFETIVO E SUBSÍDIOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS) E ESPÍRITO SANTO (LEI COMPLEMENTAR Nº 420/2007, QUE DISPÕE SOBRE A MODALIDADE DE REMUNERAÇÃO POR SUBSÍDIO PARA OS MILITARES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS)". 5. ASSINALE-SE QUE A REGRA DO ART. 144, §9º, DA LEI MAIOR FOI INSERIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 1998, COMPUTANDO-SE, PARA O ESTADO DE PERNAMBUCO NUM LAPSO TEMPORAL DE 15 (ANOS) SEM QUALQUER REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONALMENTE PREVISTO. 6. PARIDADE DE REMUNERAÇÃO ENTRE OS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS. INTELIGÊNCIA DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE (ART. 5º, 'CAPUT'), COROLÁRIO DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA E CLÁUSULA PÉTREA POR EXCELÊNCIA. 7. DIANTE DA MORA LEGISLATIVA NA REGULAMENTAÇÃO DO PRECEITO VEICULADO PELO DISPOSTO NO ART. 144, §9º C/C ART. 39, §4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, IMPÕE-SE QUE SEJA CONCEDIDO O MANDADO DE INJUNÇÃO, FIXANDO O PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO, PARA QUE A AUTORIDADE IMPETRADA SUPRA A MORA LEGISLATIVA. NÃO SUPRINDO NESTE PRAZO, DEVERÁ SER APLICADA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, A TEORIA CONCRETISTA INDIVIDUAL DIRETA DETERMINANDO O PAGAMENTO AO IMPETRANTE, NA FORMA DE SUBSÍDIO, EQUIVALENTE A REMUNERAÇÃO ATRIBUÍDA A MESMA PATENTE DOS MILITARES DA ATIVA, ATÉ A EDIÇÃO DA RESPECTIVA NORMA REGULAMENTADORA, PELO PODER LEGISLATIVO. PRECEDENTE DESTA CORTE ESPECIAL. 8. MANDADO DE INJUNÇÃO CONHECIDO E CONCEDIDO. DECISÃO POR MAIORIA.

(TJPE, Corte Especial, MI n. 287.818-8, Rel. Des. Eduardo Augusto Paurá Peres, Data de julgamento: 11/3/2013) (original sem destaques)

Ademais, cumpre esclarecer ter esta Corte Especial, em recente julgamento do Mandado de Injunção n. 301.187-2, de relatoria do Desembargador Fausto Campos, no dia 23/12/2013, decidido pela concessão da injunção aplicando-se a teoria concretista individual direta, sem a aplicação prévia de prazo para o suprimento da mora legislativa.

Naquela ocasião, decidiu este Órgão Especial pela desnecessidade de nova notificação do impetrado para suprir a mora, tendo em vista já ter sido a autoridade interpelada por diversas vezes em demandas de idêntica natureza.

No caso em tela, não há que se falar em ingerência indevida do Judiciário no Executivo, tampouco em invasão de matéria afeta ao mérito administrativo.

O provimento jurisdicional apenas reconhece a ausência de norma regulamentadora que torna inviável o exercício de direito previsto constitucionalmente, garantindo, através do caráter mandamental

79 ASL.

da ação, sua viabilização no caso concreto, até que regulamentada a matéria pela via constitucionalmente prevista, qual seja, pelo processo legislativo regular.

De tal modo, entendo deva ser concedida a injunção, determinando-se o pagamento de subsídio, em parcela única ao militar, no valor equivalente à remuneração dos militares da ativa de mesma graduação, até que ultimado o processo legislativo para a edição de norma regulamentadora.

É como voto.

Ed. Sertório
EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador relator